

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 06/09/2017

- [Conanda debate na Câmara dos Deputados denúncia de retirada compulsória de bebês de mães usuárias de drogas](#)
- [Proibição da publicidade infantil trará resultados econômicos positivos de R\\$ 76 bilhões](#)
- [Ferramenta gratuita pode ajudar a reduzir a evasão escolar](#)

Assunto: Conanda debate na Câmara dos Deputados denúncia de retirada compulsória de bebês de mães usuárias de drogas

Fonte: Ministério dos Direitos Humanos

Data: 05/09/2017



Lúcio Bernardo Jr./Câmara dos Deputados

A presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Fabiana Gadelha, participou nesta terça-feira (5) de audiência pública na Câmara dos Deputados, que debateu a retirada compulsória de bebês de mães usuárias de drogas e em situação de rua de Belo Horizonte (MG). A atividade foi realizada pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Direitos Humanos e Minorias.

Segundo a denúncia apresentada na audiência, em 2014, foram editadas duas recomendações do Ministério Público da Infância e Juventude de Belo Horizonte que determinavam a comunicação obrigatória de que a gestante fazia uso de substâncias químicas e a posterior retenção das crianças na maternidade até decisão da Justiça sobre a questão. Posteriormente, o Juiz da Infância e Juventude de Belo Horizonte editou uma portaria que reiterava a posição do MP. As medidas contribuíram para a retirada de crianças dos pais e encaminhamento precoce a abrigos. A estimativa é que mais de 300 casos ocorreram em Belo Horizonte desde 2014, de acordo com a defensora pública da Vara dos Direitos Humanos de Minas Gerais Júnia Roman Carvalho.

Na avaliação de Gadelha, que também é diretora de Políticas Temáticas da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos (SNDCA/MDH), o encaminhamento dessas crianças para abrigos e para uma possível adoção não pode ser visto como solução para esses casos. Para ela, o uso de drogas e a situação de rua não são motivos suficientes para a retirada das crianças de uma família. “Essas mães têm o direito de exercer a maternidade e de conviver com as crianças”, disse.

Defendeu que o melhor caminho é o aprimoramento das políticas públicas de saúde, assistência social, entre outras, voltadas aos usuários de drogas e à população em situação de rua. “O Sistema de Justiça, diante da incapacidade do poder público de resolver a problemática das pessoas em situação de rua, decidiu retirar as crianças dessas famílias. Há uma ideologia higienista que acredita que essa família não tem capacidade de criar seus filhos e que isenta o poder público de desenvolver ações que garantam a permanência desses filhos com seu pai e sua mãe”, explicou.

No início de agosto, o Conanda fez, juntamente com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visitas técnicas em Belo Horizonte para averiguar a denúncia, incluindo às maternidades, à Defensoria, ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público.

Assunto: Proibição da publicidade infantil trará resultados econômicos positivos de R\$ 76 bilhões

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 06/09/2017



Lançamento da pesquisa, foto: Otavio Sousa

A pesquisa “**Os impactos da proibição da publicidade dirigida às crianças no Brasil**”, elaborado pela The Economist Intelligence Unit (EIU), com o apoio do programa Criança e Consumo, do Alana, foi lançada no Insper, em São Paulo, em 25 de agosto ([acesse aqui pesquisa completa](#)). Romina Bandura, consultora do EIU, apresentou os principais pontos do estudo e destacou que o trabalho é um começo e que novas pesquisas sobre o tema devem ser realizadas para garantir um debate de qualidade e medidas efetivas.

O estudo aponta que, em dois possíveis cenários, a proibição da publicidade infantil traria benefícios decorrentes de uma população mais saudável, física e psicologicamente com resultados econômicos positivos que variam entre R\$ 61 e R\$ 76 bilhões, logo nos primeiros 15 anos da proibição. Na hipótese de a publicidade ser direcionada ao público adulto, as receitas do mercado publicitário seriam compensadas em no máximo 15 anos, como reflexo da adaptação do setor, resultando em uma economia mais produtiva e um ambiente mais sustentável.

A partir dos dados da pesquisa, o jornalista Sérgio Dávilla, editor-executivo da Folha de S. Paulo, mediou uma conversa com Milton Seligman, professor do Insper, Vanessa Nadalin, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Romina Bandura, consultora do EIU e Isabella Henriques, diretora de [Advocacy](#) do Alana. Para Vanessa, o estudo traz uma “uma mensagem muito forte, e vale pensar naqueles benefícios que não foram monetizados”. Além disso, “é importante ter coragem de responder uma boa pergunta e buscar números para isso”, concluiu. “O relatório encontra respaldo quando diz que no Brasil a gente já proíbe a publicidade voltada ao público infantil, mas isso na prática não acontece. E aí, todo o esforço da pesquisa em dizer qual o ganho e a perda no caso de haver esse *enforcement* para valer”, apontou Isabella.

A conversa se pautou, principalmente, na questão da autorregulação das empresas e de uma regulação estatal. “Estou partindo da premissa que todos nós queremos a restrição da publicidade para crianças”, apontou o professor Milton Selligman. “Estamos discutindo aqui qual a melhor maneira de fazer isso, em termo de eficiência e eficácia, o que custa menos do ponto de vista político e que resolve, do ponto de vista da sua implementação”, disse. Para Milton, um aperfeiçoamento do código do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) seria a alternativa mais eficaz para a questão aqui no Brasil.

Já Isabella Henriques defendeu uma correção, “nós acreditamos e achamos muito positiva a autorregulação. A crítica que fazemos é que só a autorregulação não é suficiente”. “Os modelos mais positivos de autorregulação em outros países estão amparados numa base muito rígida e sólida de regulação, de legislação governamental. E essa correção, aí sim, é muito positiva em termos de resultado”, comentou.

Ao final do debate, Romina comemorou a qualidade da conversa, “fico feliz que todos foram provocados porque essa era a ideia: gerar debates e eu acho que com debates temos sociedades mais ricas e políticas públicas melhores. Fico feliz que não foi uma conversa de um lado só”.

O estudo completo está disponível em [português](#) e em [inglês](#)

Assunto: Ferramenta gratuita pode ajudar a reduzir a evasão escolar

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância

Data: 06/09/2017



A Undime, o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), o Instituto TIM e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) se uniram para desenvolver a estratégia **Busca Ativa Escolar**. O objetivo da iniciativa é encontrar crianças e adolescentes que **estão fora da escola**, retirá-las do contexto de exclusão e trazê-las para a escola, **garantindo a permanência e a aprendizagem**. Mais de 350 municípios, de diversas regiões já aderiram à Busca Ativa Escolar. A ideia é que, em cada município, sejam constituídos um **comitê gestor** da estratégia e um grupo de campo, o qual reunirá profissionais que já trabalham com as comunidades, fazendo visitas domiciliares, por meio dos agentes comunitários de saúde, por exemplo. A intenção é que estes profissionais, durante as suas atividades cotidianas, possam **identificar e registrar casos de evasão ou abandono escolar** e emitir alertas para o poder público a fim de que providências sejam tomadas para a elucidação de cada caso. Com base no **mapeamento dos casos** e no **levantamento das principais causas da evasão ou abandono escolar**, as secretarias municipais deverão agir de modo intersetorial, principalmente, educação, saúde e assistência social, com o objetivo de efetivar o direito à educação. Segundo relatório elaborado pelo Unicef, questões relacionadas ao **transporte escolar, à gravidez na adolescência, ao trabalho infantil e à violência dentro e no entorno das escolas são os principais motivos da evasão e abandono escolar** por crianças e adolescentes.



A plataforma Busca Ativa Escolar, que engloba uma proposta de metodologia social e uma ferramenta tecnológica, é gratuita e já está disponível para os todos os gestores municipais. Os interessados devem acessar a página buscaativaescolar.org.br para obter mais informações ou realizar a adesão do município por meio da assinatura virtual de um Termo de Adesão.

Acesse buscaativaescolar.org.br para conhecer mais sobre a iniciativa.

(Fonte: Undime – www.undime.org.br)